

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO ESPECIAL Nº 1.412.357 - SC (2013/0344434-0)

RELATOR : **MINISTRO MARCO BUZZI**
RECORRENTE : CAMARA DE DIRIGENTES LOJISTAS DE FLORIANOPOLIS
ADVOGADOS : FERNANDO DE CAMPOS LOBO - SC011222
VIVIANE FERNANDEZ PRUDENCIO DE CAMPOS LOBO E
OUTRO(S) - SC012223
RECORRIDO : FABIANA NUNES
ADVOGADO : ALAÔ ROBSON CAVALCANTI DE PAIVA - SC008239
INTERES. : BRASIL TELECOM S/A

DECISÃO

Cuida-se de recurso especial interposto por **CAMARA DE DIRIGENTES LOJISTAS DE FLORIANOPOLIS**, com fundamento no artigo 105, inciso III, alíneas "a" e "c", da Constituição Federal, em face de acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, assim ementado (fls. 228-229, e-SJ):

RESPONSABILIDADE CIVIL. CONCESSIONÁRIA DE SERVIÇO PÚBLICO. TELEFONIA. ALEGAÇÃO DE ILEGITIMIDADE PASSIVA DA CÂMARA DE DIRIGENTES LOGISTAS DE FLORIANÓPOLIS. INSCRIÇÃO INDEVIDA REGISTRADA PELA CÂMARA DE DIRIGENTES LOJISTAS DO DISTRITO FEDERAL. CDLS DIFERENTES QUE FAZEM PARTE DE UM MESMO ORGANISMO E QUE ESTÃO INTERLIGADAS. PRELIMINAR REJEITADA. As Câmaras de Dirigentes Lojistas, por fazerem parte de um mesmo organismo nacional, devem responder solidariamente pela ausência de notificação da inscrição do nome do consumidor nos órgãos de proteção ao crédito. Quando a CDL de Florianópolis arquivou em seu registro uma negativação, independentemente da sua origem, passou automaticamente a ser responsável solidariamente com a empresa que emitiu a informação sem enviar a notificação. INÉPCIA DA INICIAL. PEDIDO GENÉRICO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. QUANTUM QUE PODE SER ARBITRADO PELO MAGISTRADO. PRELIMINAR RECHAÇADA. Já restou pacificado na jurisprudência deste Tribunal que é admissível o pedido genérico em ação de indenização por danos morais, uma vez que o valor indenizatório depende de critérios subjetivos a serem adotados pelo julgador. RESPONSABILIDADE CIVIL DA CDL. AUSÊNCIA DE NOTIFICAÇÃO PRÉVIA ACERCA DA INSCRIÇÃO. DEVER DE INDENIZAR CARACTERIZADO. Nos termos do § 2º do art. 43 do CDC, é necessária a prévia notificação do consumidor para que seu nome seja inscrito nos órgãos de proteção ao crédito. DANO MORAL. QUANTUM INDENIZATÓRIO. MANUTENÇÃO QUE SE IMPÕE EM ATENÇÃO AO SEU CARÁTER REPRESSIVO-PEDAGÓGICO. O valor da indenização a ser arbitrada deve seguir critérios de razoabilidade e proporcionalidade, mostrando-se efetivo à repressão do ilícito e à reparação do dano, sem, em contrapartida, constituir enriquecimento ilícito. JUROS DE MORA. TERMO INICIAL.

Superior Tribunal de Justiça

DATA DO ARBITRAMENTO. MATÉRIA DE ORDEM PÚBLICA. REDEFINIÇÃO EX OFFICIO. É entendimento consolidado nesta Câmara que, nos danos morais, deve ser afastada a aplicação da Súmula n. 54 do STJ, indicando como marco inicial para a incidência dos juros de mora a data da decisão que fixou a indenização. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. FIXAÇÃO QUE DEVE TER POR BASE OS CRITÉRIOS DO ART. 20, § 3º, DO CPC. MANUTENÇÃO QUE SE IMPÕE. Os honorários advocatícios deverão ser fixados, em regra, nos moldes do art. 20, § 3º, do CPC, levando em conta grau de zelo do respectivo profissional, o lugar de prestação do serviço, a natureza e a importância da causa, bem como o trabalho realizado pelo advogado e o tempo exigido para o seu serviço. SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA PARCIALMENTE REFORMADA APENAS PARA READEQUAÇÃO, DE OFÍCIO, DO TERMO INICIAL DOS JUROS. RECURSO DESPROVIDO.

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados na origem (fls. 258-262 e 280-285, e-STJ).

Nas razões do recurso especial (fls. 288-342, e-TJ), a recorrente aponta violação aos artigos 3º, 20, § 3º, 267, VI, 333, I, 397 e 535, todos do CPC/73; ao artigo 43, § 2º, do CDC; aos artigos 186 e 884 do CC; além de dissídio jurisprudencial.

Sustentou, em síntese: **a)** a negativa de prestação jurisdicional, cujos vícios não foram sanados quando do julgamento dos aclaratórios; **b)** a sua ilegitimidade passiva *ad causam*; **c)** a efetiva notificação do consumidor nos termos exigidos pelo CDC; **d)** os documentos novos juntados aos autos não foram analisados; **e)** ausência de comprovação do dano, a inexistência de culpa por parte da recorrente e a falta de nexo de causalidade; **f)** valor exorbitante dos danos morais, fora dos limites da razoabilidade; **g)** necessidade de inversão dos ônus da sucumbência ou, alternativamente, a redução do percentual dos honorários.

Sem contrarrazões.

Admitido o recurso especial na origem (fls. 380-381, e-STJ), ascenderam os autos a esta Corte.

É o relatório.

Decido.

A irresignação não merece prosperar.

1. De início, a recorrente aponta violação ao art. 535 do CPC/73, vigente à época, sob o fundamento que de os vícios apontados nos embargos de declaração não foram sanados quando do julgamento dos aclaratórios, porquanto o órgão julgador não analisou as seguintes teses: **i)** não foi a CDL de Florianópolis que arquivou em seus registros a notificação *sub judice*; **ii)** a autora foi regularmente notificada de sua negativação, havendo provas nos autos.

Todavia, não se vislumbram os alegados vícios, pois o órgão julgador dirimiu a controvérsia de forma ampla e fundamentada, sem omissões ou contradições, apreciando suficientemente as referidas teses, consoante se infere dos seguintes trechos:

Além disso, quando a CDL de Florianópolis arquivou em seu registro uma negativação, independentemente da sua origem, passou automaticamente a ser responsável solidariamente com a empresa que emitiu a informação sem

Superior Tribunal de Justiça

enviar a notificação. Prova disso é o documento juntado à fl. 54, fornecendo declaração da CDL de Florianópolis à autora do registro lançado pela CDL do Distrito Federal.

[...]

Logo, da análise dos autos, não há prova acerca da efetiva notificação, ressaltando que, tratando-se de relação consumerista, por força da inversão do ônus da prova, caberia à apelante a prova de que esta foi realizada, ônus do qual não se desincumbiu, nos termos do art. 333, II, do CPC.

Inegável, portanto, a ausência de notificação e o dever de indenizar, conforme prevê o art. 927, *caput*, do CC, o qual dispõe que: "Aquele que, por ato ilícito (arts. 186 e 187), causar dano a outrem, fica obrigado a repará-lo". (fls. 233-236, e-STJ)

Depreende-se da leitura do acórdão recorrido, sobretudo dos trechos supratranscritos, que o órgão julgador dirimiu a questão que lhe fora posta à apreciação, inclusive sobre as questões apontadas como omissas e contraditórias, embora não tenha acolhido a pretensão da recorrente, portanto não ocorre ofensa ao citado dispositivo. Na mesma linha, precedentes: AgRg no REsp 1291104/MG, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 17/05/2016, DJe 02/06/2016; AgRg no Ag 1252154/SP, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 23/06/2015, DJe 30/06/2015; REsp 1395221/SP, Rel. Ministra ELIANA CALMON, SEGUNDA TURMA, julgado em 05/09/2013, DJe 17/09/2013.

Afastadas, portanto, as alegadas ofensas ao art. 535 do CPC/73 e a negativa de prestação jurisdicional.

2. A recorrente sustenta, ainda, sua ilegitimidade passiva *ad causam* e aponta violação aos artigos 3º e 267, VI, do CPC/73, ao argumento de que não tem legitimidade para figurar no pólo passivo da presente demanda.

No ponto, assim concluiu o órgão julgador:

Primeiramente, no tocante à ilegitimidade passiva, razão não assiste à apelante. É que, em que pese ter sido a Câmara de Dirigentes Lojistas do Distrito Federal quem registrou o nome da autora no cadastro de proteção ao crédito a pedido da Brasil Telecom S/A, "*os Serviços de Proteção ao Crédito das cidades, gerenciados pelas respectivas CDLs, fazem parte de um mesmo organismo e estão nacionalmente interligados*" (TJSC, AC n. 2011.011723-7, rel. Des. Luiz Carlos Freyesleben, j. 29.4.11).

Além disso, quando a CDL de Florianópolis arquivou em seu registro uma negativação, independentemente da sua origem, passou automaticamente a ser responsável solidariamente com a empresa que emitiu a informação sem enviar a notificação. Prova disso é o documento juntado à fl. 54, fornecendo declaração da CDL de Florianópolis à autora do registro lançado pela CDL do Distrito Federal.

Neste sentido, "*é de ser afastada a preliminar de ilegitimidade passiva aventada pela ré apelada CDL de Criciúma. Deve ela sim, ser solidariamente responsável pelas informações que, como disse, compra de outros órgãos de crédito de todo país, a fim de possibilitar aos seus associados de Criciúma uma melhor avaliação para concessão de crédito ao consumidor*" (TJSC, AC n. 2007.041794-5, rel. Des. Carlos

Superior Tribunal de Justiça

Prudêncio, j. 26.8.11). [...]

Dessa forma, a apelante é parte legítima para figurar no polo passivo da demanda, ainda que o registro em litígio tenha sido efetuado pela CDL do Distrito Federal, devendo, portanto, ser rejeitada a preliminar. (fls. 233-234, e-STJ)

Como se vê, o acórdão recorrido está em consonância com a jurisprudência desta Corte acerca da matéria. A Segunda Seção do Superior Tribunal de Justiça, no julgamento do Recurso Especial n. 1.061.134/RS, de relatoria da Ministra Nancy Andrighi, DJe de 1º/4/2009, submetido ao rito dos repetitivos, firmou o entendimento de que os órgãos mantenedores de cadastros têm legitimidade passiva em ações de indenização por dano moral decorrente da ausência de prévia comunicação ao consumidor da inscrição do seu nome em órgão de proteção ao crédito. Confira-se a ementa do julgado:

Direito processual civil e bancário. Recurso especial. Ação de compensação por danos morais. **Inscrição em cadastro de proteção ao crédito sem prévia notificação. Legitimidade passiva do órgão mantenedor do cadastro restritivo.** Dano moral reconhecido, salvo quando já existente inscrição desabonadora regularmente realizada, tal como ocorre na hipótese dos autos.

I- Julgamento com efeitos do art. 543-C, § 7º, do CPC.

- Orientação 1: Os órgãos mantenedores de cadastros possuem legitimidade passiva para as ações que buscam a reparação dos danos morais e materiais decorrentes da inscrição, sem prévia notificação, do nome de devedor em seus cadastros restritivos, inclusive quando os dados utilizados para a negativação são oriundos do CCF do Banco Central ou de outros cadastros mantidos por entidades diversas.

- Orientação 2: A ausência de prévia comunicação ao consumidor da inscrição do seu nome em cadastros de proteção ao crédito, prevista no art. 43, § 2º do CDC, enseja o direito à compensação por danos morais, salvo quando preexistia inscrição desabonadora regularmente realizada. Vencida a Min. Relatora quanto ao ponto.

II- Julgamento do recurso representativo.

- É ilegal e sempre deve ser cancelada a inscrição do nome do devedor em cadastros de proteção ao crédito realizada sem a prévia notificação exigida pelo art. 43, § 2º, do CDC.

- Não se conhece do recurso especial quando o entendimento firmado no acórdão recorrido se ajusta ao posicionamento do STJ quanto ao tema. Súmula n.º 83/STJ.

Recurso especial parcialmente conhecido e, nesta parte, provido para determinar o cancelamento da inscrição do nome do recorrente realizada sem prévia notificação.

Ônus sucumbenciais redistribuídos. (REsp 1061134/RS, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 10/12/2008, DJe 01/04/2009) [grifou-se]

A respeito, transcrevem-se os seguintes precedentes:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO

ESPECIAL. DANO MORAL. SERASA. FALHA NA NOTIFICAÇÃO. INSERÇÃO DO NOME NO CADASTRO RESTRITIVO. DECISÃO MANTIDA. 1. "Os órgãos mantenedores de cadastros possuem legitimidade passiva para as ações que buscam a reparação dos danos morais e materiais decorrentes da inscrição, sem prévia notificação, do nome de devedor em seus cadastros restritivos, inclusive quando os dados utilizados para a negativação são oriundos do CCF do Banco Central ou de outros cadastros mantidos por entidades diversas" (REsp n. 1.061.134/RS, submetido ao rito do art. 543-C do CPC/1973, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 10/12/2008, DJe 1º/4/2009). 2. No caso concreto, a parte autora imputa à agravante falha em referida notificação, motivo pelo qual deve ser reconhecida a legitimidade passiva. 3. Agravo interno a que se nega provimento. (AgInt no REsp 1394646/SP, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, julgado em 13/05/2019, DJe 20/05/2019)

PROCESSO CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. INSCRIÇÃO EM CADASTRO DE INADIMPLENTES. LEGITIMIDADE DO ÓRGÃO MANTENEDOR. SÚMULA 568/STJ. 1. Os órgãos mantenedores de cadastros possuem legitimidade passiva para as ações que buscam a reparação dos danos morais e materiais decorrentes da inscrição, sem prévia notificação, do nome de devedor em seus cadastros restritivos. 2. Agravo interno no agravo em recurso especial não provido. (AgInt no AgInt no AREsp 1181542/SP, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 14/08/2018, DJe 16/08/2018)

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. **INCLUSÃO DO NOME DO DEVEDOR EM CADASTRO RESTRITIVO DE CRÉDITO. AUSÊNCIA DE PRÉVIA NOTIFICAÇÃO. INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS.** ART. 43, § 2º, DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. ENUNCIADO 359 DA SÚMULA DO STJ. DANO MORAL CONFIGURADO. VERBA REPARATÓRIA QUE NÃO DESTOA DOS PARÂMETROS DESTA EGRÉGIA CORTE. RECURSO MANIFESTAMENTE IMPROCEDENTE. 1. A teor do art. 43, § 2º, do CDC, o consumidor deve ser comunicado sobre a inscrição de seu nome em cadastro de inadimplentes por meio de notificação postal. 2. **Os órgãos mantenedores de cadastros possuem legitimidade passiva para as ações que buscam a reparação dos danos morais e materiais decorrentes da inscrição, sem prévia notificação, do nome de devedor em seus cadastros restritivos, inclusive quando os dados utilizados para a negativação são oriundos do CCF do Banco Central ou de outros cadastros mantidos por entidades diversas.** 3. A ausência de prévia comunicação ao consumidor da inscrição do seu nome em cadastros de proteção ao crédito, prevista no art. 43, §2º do CDC, enseja o direito à compensação por danos morais. (REsp 1.061.134/RS, submetido ao rito do art. 543-C do CPC). 4. Agravo regimental a que se nega provimento, com aplicação de multa. (AgRg no REsp 1248956/RS, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 06/09/2012, DJe 18/09/2012) [grifou-se]

Superior Tribunal de Justiça

Aplica-se, no ponto, o teor da Súmula 83/STJ, a qual incide para os recursos interpostos tanto pela alínea "a", quanto pela alínea "c", do permissivo constitucional.

3. No tocante à apontada violação ao art. 43, § 2º, CDC e a tese de que houve a efetiva notificação do consumidor na hipótese dos autos, razão não assiste à recorrente.

O Tribunal local, a partir do exame do acervo fático e probatório dos autos, com relação à notificação, assim decidiu:

Logo, da análise dos autos, não há prova acerca da efetiva notificação, ressaltando que, tratando-se de relação consumerista, por força da inversão do ônus da prova, caberia à apelante a prova de que esta foi realizada, ônus do qual não se desincumbiu, nos termos do art. 333, II, do CPC.

Inegável, portanto, a ausência de notificação e o dever de indenizar, conforme prevê o art. 927, *caput*, do CC, o qual dispõe que: "Aquele que, por ato ilícito (arts. 186 e 187), causar dano a outrem, fica obrigado a repará-lo". (fls. 235-236, e-STJ)

No particular, a revisão das premissas fáticas firmadas pela Corte de origem, na forma como posta, demandaria revisão do acervo fático-probatório discutido na lide, providência descabida na estreita via do recurso especial, incidindo o óbice da Súmula 7 desta Corte. Neste sentido, confira-se:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. INDENIZATÓRIA POR INSCRIÇÃO INDEVIDA EM CADASTRO DE INADIMPLENTES. VIOLAÇÃO AO ART. 1.022 DO CPC/2015. NÃO OCORRÊNCIA. PRÉVIA NOTIFICAÇÃO. DANO MORAL NÃO CONFIGURADO. REEXAME DE PROVAS. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO DESPROVIDO.

1. Não há que se falar em omissão, contradição ou obscuridade no aresto recorrido quando a Corte de origem analisa a matéria submetida à sua apreciação, manifestando-se expressamente acerca dos temas necessários à integral solução da lide. 2. No caso, o Tribunal de origem, analisando o acervo fático-probatório dos autos, concluiu que ficou comprovada a notificação prévia do consumidor à inscrição de seu nome em cadastro de inadimplentes, bem como ser do próprio consumidor o dever de manter seu cadastro atualizado nas empresas com quem mantém relação comercial, não havendo que se falar, portanto, em danos morais ensejadores da reparação civil.

3. A modificação das premissas fáticas adotadas pelo acórdão recorrido, no sentido pleiteado pelo recorrente, qual seja, de que não foi notificado previamente à sua inscrição em cadastro de inadimplentes, demandaria o revolvimento de suporte fático-probatório dos autos, o que é inviável em sede de recurso especial, a teor do que dispõe a Súmula 7 deste Pretório.

[...] 5. Agravo interno a que se nega provimento. (AgInt no AREsp 1329057/RS, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 19/03/2019, DJe 29/03/2019) [grifou-se]

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DE NULIDADE DE ATO JURÍDICO

Superior Tribunal de Justiça

POR FALTA DE NOTIFICAÇÃO C/C DANOS MORAIS. **INSCRIÇÃO INDEVIDA POR FALTA DE NOTIFICAÇÃO PRÉVIA.** FUNDAMENTOS DO ACÓRDÃO RECORRIDO NÃO ATACADOS. SÚMULA 283/STF. **REVISÃO DE MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 07/STJ.** AUSÊNCIA DE FUNDAMENTOS QUE JUSTIFIQUEM A ALTERAÇÃO DA DECISÃO RECORRIDA. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO (AgInt no AREsp 1058801/MT, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA, julgado em 08/05/2018, DJe 14/05/2018) [grifou-se]

Incide, no ponto, o teor da Súmula 7/STJ, cujo óbice impede também a análise do alegado dissídio jurisprudencial. Nesse sentido:

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RECURSO INCAPAZ DE ALTERAR O JULGADO. EMBARGOS DO DEVEDOR. CONTRATO. HONORÁRIOS. REEXAME DE FATOS. SÚMULAS N.ºS 5 e 7/STJ. FUNDAMENTOS INATACADOS. RAZÕES DISSOCIADAS. SÚMULAS N.ºS 283 E 284/STF. DISSÍDIO NÃO DEMONSTRADO. [...] 3. **Consoante iterativa jurisprudência desta Corte, a necessidade do reexame da matéria fática impede a admissão do recurso especial tanto pela alínea "a" quanto pela alínea "c" do permissivo constitucional.** 4. Agravo regimental não provido. (AgRg no AREsp 851.099/SC, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 26/04/2016, DJe 10/05/2016) [grifou-se] AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. DIREITO DE FAMÍLIA. [...] REEXAME DO CONTEÚDO FÁTICO-PROBATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N.º 7/STJ. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. INEXISTENTE. [...] 6. Consoante entendimento jurisprudencial, a incidência da Súmula n.º 7/STJ, impede o conhecimento do recurso especial por ambas as alíneas do permissivo constitucional. [...] 8. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO. (AgRg no REsp 1550518/RS, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA, julgado em 05/04/2016, DJe 11/04/2016) [grifou-se]

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. DIREITO CIVIL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. DANOS MORAIS. VALOR DA INDENIZAÇÃO. COMPATIBILIDADE. SITUAÇÃO ECONÔMICA DO OFENSOR. REEXAME FÁTICO-PROBATÓRIO. SÚMULA 7/STJ. PRECEDENTES. AGRAVO DESPROVIDO. [...] 3. **A incidência da Súmula 7 do STJ é óbice também para a análise do dissídio jurisprudencial, o que impede o conhecimento do recurso pela alínea c do permissivo constitucional. Precedentes.** 4. Agravo regimental a que se nega provimento. (AgRg no AREsp 662.068/RJ, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 19/05/2015, DJe 22/06/2015) [grifou-se]

4. A recorrente sustenta, outrossim, a não comprovação dos elementos ensejadores do dever de indenizar, ao argumento de não ter sido demonstrado o dano, a

Superior Tribunal de Justiça

culpa por parte da recorrente e o nexo de causalidade, além de não haver pronunciamento acerca dos documentos novos juntados nos autos. Aponta violação aos artigos 186 do Código Civil e 333, I e 397 do CPC/73.

O órgão julgador, a respeito dos requisitos da responsabilidade civil, decidiu nos seguintes termos:

Sendo a apelante, conforme visto, parte legítima para responder pela ausência de notificação da autora, quando da inscrição desta em órgão de restrição ao crédito pela Brasil Telecom, observa-se que praticou ato ilícito, cabendo a ela juntamente com a empresa de telefonia indenizarem a apelada pelo abalo moral causado. [...]

Logo, da análise dos autos, não há prova acerca da efetiva notificação, ressaltando que, tratando-se de relação consumerista, por força da inversão do ônus da prova, caberia à apelante a prova de que esta foi realizada, ônus do qual não se desincumbiu, nos termos do art. 333, II, do CPC.

Inegável, portanto, a ausência de notificação e o dever de indenizar, conforme prevê o art. 927, *caput*, do CC, o qual dispõe que: "Aquele que, por ato ilícito (arts. 186 e 187), causar dano a outrem, fica obrigado a repará-lo". (fls. 235-236, e-STJ)

In casu, rever o entendimento do Tribunal de origem, que diante da realidade fática apresentada nos autos concluiu pela ocorrência dos danos morais pleiteados na inicial e pela responsabilidade da recorrente no evento danoso, demandaria necessário reexame do contexto fático-probatório, o que é inviável em sede de recurso especial, à luz do óbice contido na Súmula 7 do STJ. Nesse sentido, confira-se:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CESSÃO DE CRÉDITO. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO CUMULADA COM PEDIDO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. **INSCRIÇÃO INDEVIDA NOS ÓRGÃOS DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO. DANOS MORAIS CONFIGURADOS. QUANTUM INDENIZATÓRIO RAZOÁVEL. REVER A CONCLUSÃO DO ACÓRDÃO. IMPOSSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 7/STJ. AGRAVO INTERNO IMPROVIDO.** 1. O Colegiado estadual delineou a controvérsia dentro do universo probatório dos autos, consignando a inexistência da relação jurídica entre as partes e o consequente dever de indenizar o agravado por sua inscrição indevida em cadastro de inadimplentes. Dessa forma, não há como desconstituir essa conclusão na via do especial, tendo em vista que tal procedimento exigiria o reexame de matéria fática, o que encontra óbice na Súmula n. 7 do STJ. [...] 3. Agravo interno improvido. (AgInt no AREsp 934.930/SP, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 22/09/2016, DJe 30/09/2016) [grifou-se]

CIVIL. PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. CADASTRO DE INADIMPLENTES. MANUTENÇÃO INDEVIDA. ATO ILÍCITO. DANO MORAL IN RE IPSA. VALOR DA INDENIZAÇÃO. PRINCÍPIOS DA PROPORCIONALIDADE E DA RAZOABILIDADE. DIVERGÊNCIA NÃO DEMONSTRADA.

Superior Tribunal de Justiça

SÚMULA N. 7/STJ. DECISÃO MANTIDA. 1. Consoante a jurisprudência desta Corte, "nos casos de protesto indevido de título ou inscrição irregular em cadastros de inadimplentes, o dano moral se configura in re ipsa, isto é, prescinde de prova" (REsp n. 1.059.663/MS, Relatora Ministra NANCY ANDRIGHI, DJe 17/12/2008). 2. **O recurso especial não comporta o exame de questões que impliquem revolvimento do contexto fático-probatório dos autos (Súmula n. 7 do STJ).** [...] 5. Agravo interno a que se nega provimento. (AgInt no REsp 1692761/SC, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, julgado em 05/12/2017, DJe 12/12/2017) [grifou-se]

Incide, no ponto, também o óbice da Súmula 7/STJ.

5. Quanto ao valor da indenização - R\$ 5.000,00 (*cinco mil reais*) de forma *solidária*, a recorrente apontou violação ao art. 884 do CC, por reputa-lo excessivo e em desacordo com os limites da razoabilidade.

Com efeito, no que se refere ao pleito de redução da verba indenizatória, não obstante o grau de subjetivismo que envolve o tema da fixação da indenização, uma vez que não existem critérios determinados e fixos para a quantificação do dano moral, reiteradamente tem-se pronunciado esta Corte no sentido de que a reparação do dano deve ser fixada em montante que desestime o ofensor a repetir a falta, sem constituir, de outro lado, enriquecimento indevido.

Com a apreciação reiterada de casos dessa natureza, concluiu-se que a intervenção desta Corte ficaria limitada aos casos em que o *quantum* fosse irrisório ou exagerado, diante do quadro fático delimitado em primeiro e segundo graus de jurisdição.

Na espécie, para formar seu convencimento, o órgão julgador valeu-se do exame das circunstâncias fáticas do caso em análise, e para alterar tal entendimento, notadamente considerando que a quantia estipulada não se mostra exorbitante, necessário seria o revolvimento do material probatório, o que encontra óbice no enunciado da Súmula 7 do STJ. Nesse sentido, precedentes:

AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. MANUTENÇÃO DE INSCRIÇÃO INDEVIDA NOS SERVIÇOS DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO. DEMORA NA LIBERAÇÃO DE GRAVAME EM VEÍCULO. DANOS MORAIS. VALOR RAZOÁVEL. TERMO INICIAL DOS JUROS DE MORA. SÚMULA 54/STJ. [...] 2. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça admite, excepcionalmente, em recurso especial, o reexame do valor fixado a título de danos morais, quando ínfimo ou exagerado. Hipótese, todavia, em que a verba indenizatória, consideradas as circunstâncias de fato da causa, foi estabelecida pela instância ordinária em conformidade com os princípios da proporcionalidade e razoabilidade. [...] 4. Agravo regimental a que se nega provimento. (AgRg no AREsp 641.124/RS, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 05/03/2015, DJe 18/03/2015) [Indenização por dano moral: **R\$ 15.000,00 (quinze mil reais).**] [grifou-se]

AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. DANO MORAL. RECURSO ESPECIAL. DIREITO CIVIL. AÇÃO DE

INDENIZAÇÃO. INSCRIÇÃO INDEVIDA EM CADASTRO DE INADIMPLENTES. QUANTUM INDENIZATÓRIO. SÚMULA N. 7/STJ. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. INEXISTÊNCIA DE SIMILITUDE. 1. A revisão de indenização por danos morais só é viável em recurso especial quando o valor fixado nas instâncias locais for exorbitante ou ínfimo. Salvo essas hipóteses, incide a Súmula n. 7 do STJ, impedindo o conhecimento do recurso. 2. Tratando-se de danos morais, é incabível a análise do recurso com base na divergência pretoriana, pois, ainda que haja grande semelhança nas características externas e objetivas, no aspecto subjetivo, os acórdãos são distintos. 3. Agravo regimental desprovido. (AgRg no AREsp 525.445/MG, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, TERCEIRA TURMA, julgado em 18/09/2014, DJe 25/09/2014) [Indenização por dano moral: **R\$ 13.560,00 (treze mil, quinhentos e sessenta reais)**] [grifou-se]

Inafastável, no ponto, o óbice da Súmula 7/STJ.

6. Por fim, a recorrente se insurge quanto à distribuição da verba de sucumbência, apontando violação ao art. 20, § 3º, CPC/73, ao argumento de que devem ser investidos os ônus da sucumbência ou, ainda, seja diminuído o valor dos honorários, por considera-lo excessivo.

Quanto ao ponto, o Tribunal *a quo* assim deliberou:

Quanto aos honorários, conforme preceitua o § 3º do art. 20 do Código de Processo Civil, o magistrado, ao fixar a verba honorária, deve atentar para o grau de zelo do profissional, o lugar de prestação do serviço, a natureza e importância da causa, o trabalho realizado pelo advogado e o tempo exigido para o serviço.

Nesse viés, no presente caso, o arbitramento dos honorários advocatícios em 15% sobre o valor da condenação apresenta-se coerente com os critérios elencados na alíneas do § 3º do art. 20 do CPC, uma vez que proporciona uma compensação justa ao labor desenvolvido pelo advogado da autora, que ofertou inicial, réplica e contrarrazões ao recurso, e não possui o condão de onerar excessivamente o réu. (fls. 237-238, e-STJ)

O acórdão recorrido, no que toca à verba honorária, está em harmonia com a jurisprudência desta Corte, segundo a qual nas causas em que a sentença for de natureza condenatória, os honorários serão fixados entre o mínimo de 10% e o máximo de 20% sobre o valor da condenação, nos termos do artigo 20, § 3º, do CPC/73, aplicável à hipótese.

A propósito, confira-se:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. ALEGAÇÃO GENÉRICA. SÚMULA Nº 284/STF. DANO MORAL. VALOR DA INDENIZAÇÃO. VERBA HONORÁRIA. FIXAÇÃO. MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. SÚMULA Nº 7/STJ. [...] 3. Para fixação dos honorários advocatícios, a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça firmou-se no sentido de que, em se tratando de sentença de natureza condenatória, deverão ser observados os limites de 10% a 20% previstos no artigo 20, § 3º, do CPC/1973, incidente sobre o valor da condenação, como

Superior Tribunal de Justiça

ocorreu no caso sob exame. 4. Agravo interno não provido. (AgInt no AREsp 1055467/RJ, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 12/09/2017, DJe 21/09/2017) [grifou-se]

AGRAVO INTERNO EM AGRAVO INTERNO EM AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO REIVINDICATÓRIA. HONORÁRIOS. ARTIGO 20, § 3º DO CPC/1973. PERCENTUAL. 10% A 20%. VALOR DA CONDENAÇÃO. APURAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA Nº 7 DESTA CORTE. NÃO PROVIMENTO DO RECURSO. 1. Os honorários arbitrados com base no artigo 20, § 3º do CPC/1973 devem obedecer os parâmetros de 10 a 20% sobre o valor da condenação. 2. Para se apurar o valor da condenação proferida na ação reivindicatória, seria necessário o reexame dos aspectos fáticos da lide, o que não enseja recurso especial ante o teor da Súmula nº 7 desta Corte. 3. Agravo interno a que se nega provimento. (AgInt no AgInt no AREsp 910.345/RN, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 06/06/2017, DJe 20/06/2017) [grifou-se]

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. TUTELA ANTECIPADA. CUSTEIO DE STENT. OBRIGAÇÃO DE DAR. DECISÃO MANTIDA. 1. Tratando-se ação de natureza condenatória, os honorários advocatícios devem ser fixados entre 10% (dez por cento) e 20% (vinte por cento) sobre o valor da condenação (art. 20, § 3º, do CPC). 2. No caso concreto, a sentença exequenda condenou a recorrente ao pagamento de danos materiais e morais, razão pela qual o percentual relativo aos honorários advocatícios deve incidir sobre ambos os valores. 3. Agravo regimental a que se nega provimento. (AgRg no AREsp 405.028/RJ, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, julgado em 02/02/2016, DJe 10/02/2016) [grifou-se]

AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ESPECIAL. PLANO DE SAÚDE. TRATAMENTO CIRÚRGICO. COBERTURA. RECUSA INDEVIDA. DANOS MORAIS. PAGAMENTO DAS DESPESAS. CABIMENTO. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. SENTENÇA CONDENATÓRIA. PERCENTUAL SOBRE A CONDENAÇÃO. ART. 20, § 3º, DO CPC. 1. Em caso de sentença de natureza condenatória, os honorários advocatícios devem ser fixados em observância ao § 3º do art. 20 do Código de Processo Civil, isto é, entre o mínimo de 10% e o máximo de 20% sobre o valor da condenação. 2. Agravo regimental desprovido. (AgRg nos EDcl no REsp 1305321/RS, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, TERCEIRA TURMA, julgado em 01/12/2015, DJe 14/12/2015) [grifou-se]

Desta forma, considerando que o acórdão recorrido amolda-se ao entendimento desta Corte acerca da fixação da verba honorária, aplica-se o teor da Súmula 83 do STJ, *in verbis*: "Não se conhece do recurso especial pela divergência, quando a orientação do Tribunal se firmou no mesmo sentido da decisão recorrida".

7. Do exposto, nego provimento ao recurso especial.

Publique-se.

Superior Tribunal de Justiça

Intimem-se.

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

MINISTRO MARCO BUZZI

Relator

